



DIVULGAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS

1º TRIMESTRE DE 2018

2018



UFAM

REITOR

Sylvio Mário Puga Ferreira

PRO REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Luciana Damasceno Costa

Coordenadora de Contabilidade

Cecília Maria dos Santos

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação de Contabilidade

Leonardo Augusto de Melo

Thayane de Souza Amaral

Sumário

Apresentação	07
1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	08
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	08
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	16
1 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Patrimonial.....	16
1.1 - Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial.....	16
1.2 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	17
1.3 – Créditos a Curto Prazo.....	17
1.4 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	18
1.5 - Demais Obrigações a Curto Prazo.....	18
1.5.1 –Valores Restituíveis.....	19
1.6- Anexos.....	19
1.6.1 - Imobilizado.....	19
1.6.2 - Intangível.....	24
1.6.3 - Fornecedores.....	25
1.6.4 - Obrigações Contratuais.....	30
2- Resultados da Análise dos Índices da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	36
2.1 – Demonstração das Variações Patrimoniais – Resumida.....	36
2.2 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	36
2.3 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.....	37
2.4 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.....	37
2.4.1 –Outros Ganhos com Incorporação de Ativos.....	38
2.5 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	38
2.6 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.....	39
2.7 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	39
2.7.1 –Incorporação de Passivos.....	40
2.7.2 –Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.....	40
3 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Orçamentário.....	42

3.1 – Balanço Orçamentário Estendido.....	42
3.2 – Balanço Orçamentário - Análise.....	43
3.3 – Receitas Correntes.....	44
3.3.1– Outras Receitas Correntes.....	44
3.4– Despesas Correntes.....	44
3.4.1-Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.....	44
3.4.2-Outras Despesas Correntes.....	44
3.5 - Anexos	44
3.5.1- Anexo – Execução Orçamentária de Restos a Pagar.....	44
4 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Financeiro.....	51
4.1 – Balanço Financeiro.....	51
4.2 – Ingressos.....	52
4.2.1 – Receitas Orçamentárias Vinculadas.....	52
4.2.2 – Recebimentos Extraorçamentários.....	52
4.3 – Dispêndios.....	52
4.3.1 Desp. Orçamentárias – Transf. Financ. Concedidas (Indep da Exec. Orç).....	52
4.3.2 Desp. Extraorçamentárias – Pagamento de RPP.....	53
5 - Resultados da Análise dos Índices da Demonstração do Fluxo de Caixa.....	55
5.1 – Demonstração do Fluxo de Caixa.....	55
5.2 – Fluxo de Caixa das Atividades das Operações – ingressos.....	56
5.2.1 – Outras Receitas Derivadas e Originárias.....	56
5.3 – Fluxo de Caixa das Atividades das Operações – Desembolsos.....	57
5.3.1 – Pessoal e Demais Despesas.....	57
5.3.2 – Transferências Concedidas.....	57
5.4 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.....	57
5.5 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	57

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	17
Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo.....	18
Tabela 3– Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	18
Tabela 4 – Valores Restituíveis.....	19
Tabela 5 – Imobilizado – Composição.....	20
Tabela 6 – Bens Móveis – Composição.....	20
Tabela 7 – Bens Imóveis – Composição.....	21
Tabela 8 – Bens de Uso Especial – Composição.....	22
Tabela 9 – Intangível – Composição.....	24
Tabela 10 – Software com Vida Útil Indefinida – Composição.....	25
Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Órgão 26270.....	25
Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora).....	26
Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor Órgão 26270.....	26
Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 154039.....	29
Tabela 15 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 150224.....	29
Tabela 16 – Obrigações Contratuais – Órgão 26270 – Valores em Execução.....	30
Tabela 17 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.....	31
Tabela 18 - Obrigações Contratuais – Órgão 26270 Por Contratado.....	32
Tabela 19 - Obrigações Contratuais – UG 154039 Por Contratado.....	33
Tabela 20 - Obrigações Contratuais – UG 150224 Por Contratado.....	34
Tabela 21 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	37
Tabela 22 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.....	37
Tabela 23 – Valorização e Ganhos Com Ativos e Desinc. de Passivos	38
Tabela 24 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	38
Tabela 25 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.....	39
Tabela 26 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação De Passivos.....	39
Tabela 26.1 - Incorporação de Passivos.....	40
Tabela 26.2 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.....	41
Tabela 27 - Restos a pagar não processado - Órgão 26270.....	45
Tabela 28 - Restos a pagar processado - Órgão 26270.....	45
Tabela 29 – Execução Orçament. Restos a Pagar– Por UG (154039/150224).....	48
Tabela 30 - Restos a Pagar - Por Classificação por Natureza de Despesa.....	48



UFAM

Tabela 31 – Receitas Orçamentárias Vinculadas.....	52
Tabela 32 – Recebimento Extraorçamentário.....	52
Tabela 33 – Transferências Financeiras Concedidas (Indep. de Exec. Orçamentária).....	53
Tabela 34 – Pagamento de Restos a Pagar Processados	54

Apresentação

As Demonstrações Contábeis contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), seus Anexos, bem como nas respectivas Notas Explicativas.

No presente relatório, serão evidenciados os Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, e do Fluxos de Caixa da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Órgão 26270) dividido em duas unidades gestoras (UG 154039 - Universidade e UG 150224 - Hospital Universitário Getúlio Vargas), com suas respectivas Notas Explicativas do 1º trimestre de 2018. Embora não sejam exigidas pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das Demonstrações representa um instrumento de transparência do Governo Federal.

1 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As **Demonstrações Contábeis** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis devem ser acompanhadas por anexos, por outros demonstrativos exigidos por lei e pelas notas explicativas.

As estruturas e a composição das Demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Anexos; e
- VII. Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2 - RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na

DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i)

nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Ajuste para perdas dos créditos tributários

A RFB utiliza a seguinte classificação para controle dos créditos tributários sob sua supervisão:

(i) devedor; (ii) exigibilidade suspensa (processo administrativo); (iii) exigibilidade suspensa (processo judicial); e (iv) parcelamento. Os créditos tributários classificados nas categorias 'i' e 'iv' estão evidenciados no ativo, enquanto as demais categorias estão em contas de controle.

O ajuste para perdas do crédito tributário é calculado a partir do saldo da categoria 'devedor'. A categoria 'parcelamento' não é utilizada na base de cálculo do ajuste para perdas, pois tais créditos foram considerados como totalmente recuperáveis. Quando ocorre a inadimplência de um crédito que está na categoria 'parcelamento', o mesmo é reclassificado para a categoria 'devedor'.

Os créditos na categoria devedor são subdivididos em duas classes: (i) até R\$ 1.000 (mil reais); e (ii) acima de R\$ 1.000 (mil reais). A subdivisão é relevante, pois somente os valores acima de R\$ 1.000 (mil reais) são encaminhados para a inscrição em dívida ativa.

Para os créditos tributários até R\$ 1.000 (mil reais), o ajuste para perdas é calculado a partir da taxa de insucesso. Por sua vez, a taxa de sucesso representa a taxa de recuperabilidade efetiva de tais créditos pela RFB, apurada considerando-se os últimos exercícios.

Para os créditos tributários acima de R\$ 1.000 (mil reais), é aplicado o mesmo percentual aplicado aos créditos inscritos na dívida ativa.

(h) Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (i) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (ii) parcelados; (iii) garantidos; e (iv) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'ii' a 'iv' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimação de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimação de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício.

(i) Investimentos

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

(j) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(k) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(l) Diferido

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(m) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(n) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(o) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(p) Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

I. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em

emissões diretas;

II. Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

(q) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

Na União, existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, por exemplo).

Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, têm sido realizados e contabilizados os riscos atuarial e dos investimentos relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

(s) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(t) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(t.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(t.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.



UFAM

(t.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

1 – Resultados da Análise dos Índices do Balanço Patrimonial

1.1 - Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial

ATIVO	31/03/2018	31/12/2017	AH	AV - 03/18	PASSIVO	31/03/2018	31/12/2017	AH	AV - 03/18
ATIVO CIRCULANTE	51.115.802,40	47.877.917,08	6,76%	2,66%	PASSIVO CIRCULANTE	26.331.103,50	18.775.185,81	40,24%	1,37%
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.020.449,40	31.013.524,44	-3,20%	1,56%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	13.074.621,61	7.028.923,54	86,01%	0,68%
Créditos a Curto Prazo	16.983.497,78	13.091.004,51	30,00%	0,88%	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.270.206,65	8.417.407,17	10,13%	0,48%
Estoques	4.111.855,22	3.773.388,13	8,97%	0,21%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	35.618,27	-	-	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	0,00%	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-	0,00%
					Provisões de Curto Prazo	-	-	-	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.870.118.168,61	1.864.157.833,45	0,32%	97,34%	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.950.656,97	3.328.855,10	18,68%	0,21%
Ativo Realizável a Longo Prazo	53.955,80	53.955,80	0,00%	0,00%					
Créditos a Longo Prazo	53.955,80	53.955,80	0,00%	0,00%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	0,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo	-	-	-	0,00%
Estoques	-	-	-	0,00%	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos	-	-	-	0,00%	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Imobilizado	1.869.931.073,62	1.863.971.335,46	0,32%	97,33%	Provisões de Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Intangível	133.139,19	132.542,19	0,45%	0,01%	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Diferido	-	-	-	0,00%	Resultado Diferido	-	-	-	0,00%
					TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	26.331.103,50	18.775.185,81	40,24%	1,37%
					PATRIMONIO LIQUIDO				
					Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	0,00%
					Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	0,00%
					Reservas de Capital	-	-	-	0,00%
					Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	0,00%
					Reservas de Lucros	-	-	-	0,00%
					Demais Reservas	-	-	-	0,00%
					Resultados Acumulados	1.894.902.867,51	1.893.260.564,72	0,09%	98,63%
					(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	0,00%
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.894.902.867,51	1.893.260.564,72	0,09%	98,63%
TOTAL DO ATIVO	1.921.233.971,01	1.912.035.750,53	0,48%	100,00%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	1.921.233.971,01	1.912.035.750,53	0,48%	100,00%

1.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A partir da análise dos índices na revisão analítica, pode-se verificar uma redução de 3,20% entre 31/12/2017 e 31/03/2018 do Grupo de Contas CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, que se deve à redução na conta de LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO no valor de R\$1.751.012,45.

Vale ressaltar que o saldo do Grupo o de Contas CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, se deve em grande proporção a uma devolução de saldo remanescente do Convênio sob nº 03/2010, no valor de R\$ 12.636.908,01.

Esta devolução se deu devido à perda de prazo da execução do projeto "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica", com recursos financeiros de origem do MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponibilizado através de Termo de Execução Descentralizada, firmada entre MCTI, UFAM e Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL, situação melhor detalhada no Balanço Orçamentário.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.

R\$ milhares

	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.020.449,40	31.013.524,44	-
Total	30.020.449,40	31.013.524,44	-3,20%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.3 - Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferência e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

A partir da análise dos índices na revisão analítica, pode-se verificar uma variação horizontal de 29,73% entre 31/12/2017 e 31/03/2018 do Grupo de Contas CREDITOS A CURTO PRAZO, que se deve aos pedidos de adiantamento de 13º Salário e Férias para o início do ano de 2018, pois a conta ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL no encerramento de 2017 estava com um saldo de R\$ 10.727.552,14, o que no 1º trimestre de 2018 aumentou para R\$ 14.414.872,28.

Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo.

R\$ milhares

	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
CREDITOS A CURTO PRAZO	16.983.497,78	13.091.004,51	-
Total	16.983.497,78	13.091.004,51	29,73%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.4 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Analizando o Grupo de Contas FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO, pode-se observar uma variação horizontal de 10,13% entre 31/12/2017 e 31/03/2018, contando com um saldo de R\$ 9.270.206,65, que se deve na proporção de 99,01% ao Grupo CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS, com um saldo equivalente a R\$ 9.178.127,58 que dividido por UG está da seguinte forma:

* FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - R\$ 7.297.533,23 - o saldo da conta 2.1.3.1.1.04.00-CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS representa 79,51% do grupo de contas em análise, que serão melhor detalhados no anexo Fornecedores.

* HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - R\$ 1.880.594,35 - o saldo da conta 2.1.3.1.1.04.00-CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS representa 20,49% do grupo de contas em análise, que serão melhor detalhados no anexo Fornecedores.

Demais informações relevantes referentes a esta conta, constam no anexo próprio Fornecedores.

Tabela 3 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

R\$ milhares

	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	9.270.206,65	8.417.407,17	-
Total	9.270.206,65	8.417.407,17	10,13%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.5 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos outros subgrupos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Analizando o Grupo de Contas DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO, pode-se observar uma variação horizontal de 18,68% entre 31/12/2017 e 31/03/2018, contando com um saldo de R\$ 3.950.656,97, que se deve principalmente à movimentação da seguinte conta:

1.5.1 - Valores Restituíveis

A partir da análise do Grupo de Contas VALORES RESTITUÍVEIS, pode-se verificar uma variação horizontal de 55,43% comparando os períodos 31/12/2017 e 31/03/2018, que se deve em grande parte à movimentação no Grupo de Contas CONSIGNACOES.

Conta esta, que apresentou em 31/03/2018 um saldo de R\$ 1.553.954,56, sendo que no encerramento de 2017 apresentava um saldo de R\$ 849.137,43, esta movimentação se refere aos contratos terceirizados, onde são exigidas garantias contratuais e retidos valores referentes a conta vinculada para cumprimentos das obrigações trabalhistas, que são pagos no decorrer do exercício. Retenções realizadas também para cumprir exigências contidas no Art. 19-A e anexo da Instrução Normativa 02/2008.

Tabela 4 – Valores Restituíveis.

R\$ milhares

	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
2.1.8.8.0.00.00 VALORES RESTITUÍVEIS	1.811.202,40	1.165.260,55	-
Total	1.553.954,56	1.165.260,55	55,43%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

1.6 - ANEXOS

1.6.1 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/03/2018, o Órgão 26270 apresentou um saldo de R\$ 1.869.931.073,62 bilhão relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 5 – Imobilizado – Composição.

	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	163.954.297,20	159.223.124,84	2,97%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	64.191,00	64.191,00	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.708.349.628,59	1.706.763.742,33	0,09%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	2.308.661,17	1.951.340,71	18,31%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	1.869.931.073,62	1.863.971.335,46	0,32%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26270 em 31/03/2018 totalizavam R\$ 163.913.106,20 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 6 – Bens Móveis – Composição

	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	69.064.024,41	67.370.454,91	2,51%
Bens de Informática	36.636.666,79	35.103.356,00	4,37%
Móveis e Utensílios	33.358.872,71	32.459.124,19	2,77%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.512.640,83	13.071.565,67	3,37%
Veículos	7.311.917,91	7.135.631,91	2,47%
Bens Móveis em Andamento	363.175,24	352.992,85	2,88%
Bens Móveis em Almoxarifado	1.588,80	1.588,80	0,00%
Demais Bens Móveis	3.728.410,51	3.728.410,51	0,00%
Depreciação / Amortização Acumulada	(64.191,00)	(64.191,00)	0,00%
Total	163.913.106,20	159.158.933,84	2,99%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 42,13% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto pelo quadro a seguir:

	31/03/2018	AV
1.2.3.1.1.01.01 APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTAÇÃO	4.581.176,33	6,63%
1.2.3.1.1.01.02 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	395.670,65	0,57%
1.2.3.1.1.01.03 EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO, LAB. E HOSP.	52.429.586,13	75,91%
1.2.3.1.1.01.04 APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	1.208.257,01	1,75%
1.2.3.1.1.01.05 EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	213.807,71	0,31%
1.2.3.1.1.01.06 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	792.944,61	1,15%
1.2.3.1.1.01.07 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	5.738.685,98	8,31%
1.2.3.1.1.01.08 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.138.333,82	1,65%
1.2.3.1.1.01.09 MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	1.143.374,05	1,66%
1.2.3.1.1.01.12 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	6.500,00	0,01%
1.2.3.1.1.01.13 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	32.093,95	0,05%
1.2.3.1.1.01.18 EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	1.706,90	0,00%
1.2.3.1.1.01.20 MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIÁRIO	267.923,28	0,39%
1.2.3.1.1.01.21 EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	143.840,70	0,21%
1.2.3.1.1.01.25 MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	923.099,79	1,34%
1.2.3.1.1.01.99 OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	47.023,50	0,07%
TOTAL	69.064.024,41	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão 26270 em 31/03/2018 totalizavam R\$ 1.706.040.967,42 bilhão e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 7 – Bens Imóveis – Composição.

	R\$ milhares		
	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	1.467.319.318,77	1.467.319.318,77	0,00%
Bens Dominicais	272.526,45	272.526,45	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	236.413.922,32	234.828.036,06	0,68%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	151.182,36	151.182,36	0,00%
Instalações	3.850.943,52	3.850.943,52	0,00%
Demais Bens Imóveis	341.735,17	341.735,17	0,00%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(2.308.661,17)	(1.951.340,71)	18,31%
Total	1.706.040.967,42	1.588.792.613,38	7,38%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

De acordo com a tabela anterior, Bens de Uso Especial correspondem a 86,01% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26270, perfazendo o montante de R\$ 1.467.319.318,77 bilhão em 31/03/2018 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de Uso Educacional, conforme tabela abaixo.

Tabela 8 – Bens de Uso Especial – Composição

	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00%
Terrenos, Glebas	220.930,05	220.930,05	0,00%
Imóveis de Uso Educacional	1.467.098.388,72	1.467.098.388,72	0,00%
Edifícios	0,00	0,00	0,00%
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,00	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	0,00	0,00	0,00%
Total	1.467.319.318,77	1.367.407.712,64	7,31%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Vale ressaltar que para as contas do Imobilizado que se referem a Imóveis os registros são efetuados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. Está em andamento o processo de avaliação, reavaliação e atualização dos valores dos bens imóveis de uso especial da União sob a responsabilidade da UFAM. Em 2015, foi registrada no SPIUNET a reavaliação dos bens imóveis do Campus Universitário/Manaus. Em 2016, foi feito o registro dos demais imóveis em áreas dispersas da UFAM localizadas em Manaus.

No segundo trimestre de 2017, foi realizado o registro da valorização dos terrenos dos Campi dos Interiores. Ressaltamos ainda que a Prefeitura do Campus Universitário informou que não foram realizadas atualizações nos registros antigos dos Imóveis cadastrados no SPIUNET. Além disso, conforme Memorando 012/2017-PCU, a Prefeitura do Campus já iniciou no 4º trimestre de 2017 os registros das Benfeitorias dos imóveis dos interiores, exceto Parintins-AM, por ainda estarmos com pendências no termo de transferência e incorporação dos imóveis.

Nesse primeiro trimestre de 2018, foram solicitadas informações atuais acerca do andamento

sobre os registros dos Imóveis da UFAM, principalmente os localizados nos Campis dos Interiores, no SPIUNET para a Prefeitura do Campus Universitário através do Memorando nº 110/2018-DEFIN, mas até o fechamento desse relatório não obtivemos resposta.

(a.2) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis e bens móveis

A depreciação dos bens móveis ainda não está acontecendo. Na UG 154039, após reunião com a Coordenação de Contabilidade no exercício de 2017, o Departamento de Material está procedendo às atividades de inventário, inclusive identificando os bens inservíveis e providenciando as reclassificações e baixas necessárias, para que desta forma sejam iniciados os procedimentos de depreciação conforme informado no Memorando 184/2017 – DEMAT. Será realizada nova reunião com o Departamento de Material sobre o andamento do processo de inventário.

Ressaltamos que o saldo presente na conta de Depreciação (R\$ 64.191,00) se refere a um teste piloto realizado em 2015 relacionado à conta de veículos. Contudo, devido a problemas técnicos no módulo de Sistema Patrimonial do SIE envolvendo inclusive a atualização dos dados patrimoniais, o processo não foi dado continuidade.

Em relação à conta de Imóveis da UG 154039, o registro da depreciação dos mesmos vem sendo realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional através da UG 170999, diretamente no sistema SIAFI.

De acordo com a contadora da UG 150224 (Hospital Universitário), em 03/03/2016, foi realizado pela Ebserh o Pregão Eletrônico 01/2016 que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gestão patrimonial, compreendendo os serviços de inventário e avaliação de bens móveis, inclusive equipamentos, dentre outros serviços necessários à organização do patrimônio das unidades hospitalares administradas pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh. A Empresa Vencedora do certame para a realização dos serviços mencionados no Hospital Getúlio Vargas – HUGV, foi a IBIAEON CONTABILIDADE E CONSULTORIA PATRIMONIAL.

A empresa IBIAEON, com base nas atividades realizadas, emitiu os seguintes relatórios:

- a) Laudo de Avaliação de Bens Móveis;
- b) Relatório de Conciliação;
- c) Relatório de Inventário;
- d) Relatório Geral dos Bens; e
- e) Planilha para importação dos Bens Inventariados.

A empresa IBIAEON concluiu os seus serviços. Os 39 itens contados em duplicidade citados na nota explicativa anterior foram ajustados conforme informações da unidade de patrimônio.

Os procedimentos relacionados a cessão dos bens patrimoniais foram iniciados, consoante processo 23105.04752/2018 protocolado na Ufam, em 07/02/2018.

Não constam no Patrimônio da UG 150224 (HUGV) bens Imóveis.

A cláusula quarta do contrato 01/2013 preceitua que a Contratante (Ufam) cederá a Ebserh, por meio de instrumento de cessão de uso, o Prédio em que funciona o hospital, entretanto, o fato somente ocorrerá quando da conclusão do inventário (parágrafo segundo, da mesma cláusula).

1.6.2 - Intangível

Informamos que este Órgão 26270 - FUAM, está se organizando para constituir uma Comissão Multidisciplinar para formalizar os procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a reorganização do trâmite desses Ativos, para que transitem pelo setor de Patrimônio (procedimento não adotado atualmente).

Apenas a UG: 154039 - Universidade Federal do Amazonas apresenta bens intangíveis no momento. A mesma possui apenas sete ativos gerados internamente, já com propriedade intelectual concedida. Os demais ainda estão em fase de desenvolvimento.

Informamos ainda, que será feito o possível para atendermos ao prazo estipulado pelo Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) para a implantação de tais procedimentos (até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019).

Em 31/03/2018, o Órgão 26270 - FUAM, apresentou um saldo de R\$ 133.139,19 relacionados a Intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os períodos de 2018 e 2017.

Tabela 9 – Intangível – Composição.

R\$ milhares

	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	101.063,39	101.063,39	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	32.075,80	31.478,80	-
Total	133.139,19	132.542,19	0,45%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

No intangível, destaca-se o item **Software com Vida Útil Indefinida** que representa cerca de **75,91%** do grupo, composto pelos seguintes itens:

Tabela 10 – Software com Vida Útil Indefinida – Composição.

	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE BIOTÉRIO UFAM	59.689,39	59.689,39	-
73 LICENÇAS DO SOFTWARE VISUAL CLASS ANDROID	34.058,00	34.058,00	-
SOFTWARE DE PRÁTICAS DE ESPORTES UFAM	2.780,00	2.780,00	-
FERRAM.DE TESTES DE INTEG SISTÊMICA - TELECOM	140,00	140,00	-
SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	4.396,00	4.396,00	-
Total	101.063,39	101.063,39	-

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Informamos que, em relação ao item Software com Vida Útil Definida, foi solicitado ao CTIC/UFAM - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação, através do Processo 23105.026724/2016, a avaliação de vida útil dos softwares, que segundo laudo emitido por este CTIC, todos foram avaliados como Ativo Intangível com Vida Útil Indefinida. Situação que foi regularizada por esta Coordenação de Contabilidade.

Destaca-se ainda, o item Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida, que conta com um saldo de R\$ 32.075,80, saldo este que será baixado no próximo trimestre devido a orientações da Setorial Contábil do MEC através da Mensagem SIAFI 2017/0927998, devido à necessidade de segurança e informações concretas para a contabilização destes itens, pois os gastos incorridos para seu desenvolvimento não podem ser separados dos custos relacionados ao desenvolvimento do negócio como um todo. Informamos ainda, que este saldo não foi completamente baixado devido a erros nas situações que são utilizadas para proceder a essas baixas, e que esta Coordenação de Contabilidade da UFAM já está em contato com a Setorial de Contabilidade/MEC para regularizar esta situação.

1.6.3 – Fornecedores

Em 31/03/2018, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 9.270.206,65, relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo na sua totalidade de obrigações a curto prazo e nacionais.

A seguir, apresenta-se a Tabela 11, com os fornecedores.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Órgão 26270

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)
Nacionais	9.270.206,65	8.417.407,17	10,13%
Estrangeiros		-----	
Total	9.270.206,65	8.417.407,17	10,13%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Os fornecedores e contas pagar do curto prazo se referem aos fornecedores nacionais, representando 100 % do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 12, relacionando o montante por órgão contratante com valores por Unidade Gestora de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/03/2018.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora)

	31/03/2018	AV (%)
Órgão 26270 - UG 154039	7.389.612,30	79,71%
Órgão 26270 - UG 150224	1.880.594,35	20,29%
Total	9.270.206,65	100%

Fonte: SIAFI, 2018

A UG 154039 é responsável por 79,71% do total a ser pago, enquanto a UG 150224 representa 20,29% desse montante. Cabe destacar, que a UG 154039 representa o montante mais significativo, uma vez que possui uma estrutura de funcionamento bem maior que a do Hospital Universitário (UG 150224), justificando assim um valor a ser pago aos fornecedores mais relevante.

Na tabela 13, apresentada a seguir, relacionam-se os 07 (sete) fornecedores com valores mais expressivos e o saldo em aberto, na data base de 31/03/2018.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor Órgão 26270

		31/03/2018	AV(%)
A	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	1.246.960,23	13,45%
B	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	1.089.685,70	11,75%
C	DRIVE A INFORMATICA LTDA	833.239,98	9,53%
D	ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	833.972,86	9,00%
E	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES	590.928,08	6,37%
F	J.J BARROSO LTDA	362.261,55	3,91%
G	GNATUS EQUIPAMENTOS MÉDICO ODONTOLÓGICOS	355.416,24	3,83%
H	DEMAIS	3.907.742,01	42,15%
	TOTAL	9.270.206,65	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Em relação aos 07 (sete) fornecedores do Órgão com saldos mais relevantes, representam 57,85% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações dos 05 (cinco) fornecedores com valores mais relevantes:

(a) Fornecedor A: trata-se de valores referentes a cinco contratos:

- ✓ Contrato 44/2017, que trata da segunda parcela do projeto "Monitoramento e Assessoria a entidades executoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado do Amazonas" com vigência de 27/11/17 a 27/09/18;

- ✓ Contrato 46/2017, que trata da segunda parcela do projeto "Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC" com vigência de 27/11/17 a 27/08/2018;
- ✓ Contrato 47/2017, que trata da segunda parcela do projeto "Curso de Especialização em Saúde da Família" com vigência de 07/12/2017 a 07/12/2019;
- ✓ Contrato 02/2018, que trata da primeira e segunda parcela do projeto "Implantação, oferta e reoferta dos cursos Bacharelado em Adm. Pública, Licenciatura em Ciências Agrárias, Educação Física, Artes Visuais, Biologia e Especialização em Gestão em Saúde, Gestão Pública Municipal, Mídias na Educação Ensino de Filosofia no Ensino Médio e Ensino de Matemática em Ensino Médio, no âmbito do sistema UAB" com vigência de 25/01/2018 a 25/01/2019;
- ✓ Contrato 67/2014, que trata da última parcela do projeto "Curso de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social", que está aguardando o relatório final de execução para efetuar o pagamento.

Em relação aos contratos 45 e 46/2017 mencionados nas Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017, onde os pendentes correspondem a 60% do valor global dos respectivos contratos com previsão de serem pagas em até 30 dias após a assinatura dos mesmos. Tais inconsistências foram relatadas a Administração Superior através do Memorando nº 14/2018 para esclarecimentos e foram reiteradas nesse 1º trimestre de 2018 através do Memorando nº 72/2018, mas até o momento não obtivemos respostas.

Em relação ao contrato 02/2018, situação semelhante ao mencionado acima foi detectado durante esse 1º trimestre de 2018. A soma das primeiras duas parcelas desse contrato no valor de R\$ 711.511,80 correspondem a 70% do valor global do contrato. Tal inconsistência também já foi relatada a Administração Superior para ciência e providências cabíveis através do Memorando nº 117/2018-DEFIN.

- (b) Fornecedor B: trata-se de valores referentes a despesas com energia elétrica na UG 154039 e UG 150224;
- (c) Fornecedor C: trata-se de valores referentes a despesas com material permanente – microcomputadores para a UG 154039;
- (d) Fornecedor D: trata de 09 (nove) contratos que atendem o Campus da Capital e os Campus do interior, sendo todos pertencentes a UG 154039, conforme segue:
 - ✓ 07 (sete) contratos de conservação e limpeza (Contratos nº 32/2014, 60/2014, 62/2014, 63/2014, 64/2014, 65/2014 e 66/2014);
 - ✓ 02 (três) contratos de apoio e manutenção (Contratos nº 27/2014 e 35/2014).Salientamos que os 06 contratos de limpeza e 02 de apoio que encerravam a vigência no mês de setembro e outubro/2017, foram prorrogados por mais doze (12) meses, exceto o Contrato 64/2014 que foi prorrogado só por mais 06 meses;
- (e) Fornecedor E: trata-se de valores referentes ao contrato 30/2012, que trata da Obra de construção do Hospital Universitário HUGV com vigência até 22/05/2018;

Sobre a situação do fornecedor UNISOL, que se encontrava pendente na nota explicativa do 1º trimestre de 2017 e se refere ao serviço de assessoria pela Fundação de Apoio Unisol, entidade que apoia o HUGV fornecendo serviço de apoio para a área fim, conforme Contrato 08/2012. Reiteramos que: na nota explicativa do 4º trimestre de 2016 foi informada pelo Setor de Orçamento e Finanças da UG 150224, através do memorando 002/2016 a necessidade de se sanar a irregularidade ocorrida na parcela 04/2016, onde foi pago R\$ 193.806,55, relativo a 2016np000874. Feita a cobrança junto à Unisol o HUGV não teve retorno. Foram solicitadas através do memorando 15/2017 ao Setor de Orçamento e Finanças providências no sentido de regularizar tal despesa, no sentido de reaver o financeiro a ser devolvido pela UNISOL, para posterior pagamento de forma correta. A 2016NP00874 foi cancelada, no valor de R\$ 522.734,07, conforme 2017ns000430, pois este orçamento não tem mais despesas correspondentes. Quanto ao retorno do financeiro, as providências a serem tomadas pelo Setor Financeiro foram reiterar a cobrança, conforme e-mail datado de 19/04/2017, e o acerto entre o Setor de Orçamento e Finanças e a Unisol seria que até o dia 19/05/2017 o pagamento, a título de reconhecimento de dívida no valor de R\$ 193.806,55 e o termo de ajuste seria feito, e a partir desta data será emitida a GRU, para devolução por parte da Unisol do financeiro.

A contadora da UG 150224 - HUGV relatou que na 3ª nota explicativa de 2017 a Controladoria, através do memorando 106/2017, solicitou a posição da Gestão a respeito do que foi pontuado na 2ª nota explicativa de 2017 quanto à situação da despesa com a Fundação de Apoio – Unisol quanto ao prosseguimento da despesa sem amparo contratual. Foi informado pela Gerência Administrativa no Despacho 426/2017 da Gerência Administrativa do HUGV, que se reportou ao memorando 270/2017 da Divisão de Logística que argumentou que foi constatado pelo Departamento Financeiro/UFAM que o aditamento do contrato se deu após 34 dias após o término de sua vigência e que por este motivo foi determinado que a despesa correria como reconhecimento de dívida até que a gestão do HUGV junto com a Reitoria pudessem dar os encaminhamentos para a resolução da questão. Quanto às verbas rescisórias no valor de R\$ 1.580.000,00 nos foi respondido através do mesmo documento (memo 270/2017 – DLH) que a EBSE RH sede estaria levantando o montante real das verbas para possível aporte de recurso para cobertura desta despesa. Nos encaminhamentos da 4ª nota explicativa de 2017, a Controladoria encaminhou o memorando 153/2017, reiterando as providências. A Divisão Administrativa Financeira através do memorando 074/2018, informou que será realizada a nulidade formal do Contrato 008/2012 e que a gestão está providenciando o desligamento do pessoal envolvido na prestação dos serviços do contrato de forma escalonada, objetivando extinguir a despesa como indenização até 31/03/2018.

Os encaminhamentos registrados na 4ª nota explicativa de 2017 contidos no memorando 074/2018 – DAF foram realizados, conforme explicitado no memorando 387/2018 – DAF, que baseia o registro da 1ª nota explicativa de 2018 do HUGV:

a) a autorização da baixa de saldo de contrato no valor de R\$ 5.971.974,91 (Cinco

Milhões, Novecentos e Setenta e Hum Reais e Noventa e Hum Centavos), considerando que o Contrato 008/2012 está extinto desde julho de 2017;

b) desligamento do pessoal precarizado de forma escalonada, que ocorreu até 31/03/2018 ;

c) Instauração de Processo Administrativo para oitiva dos gestores da época;

d) A Controladoria do HUGV também questionou quanto à devolução do valor de R\$ 193.906,55 (Cento e Noventa e Três Mil, Oitocentos e Seis Reais e Cinquenta e Cinco Centavos) pago sem cobertura contratual e posterior pagamento como Termo de Ajuste à Unisol, conforme descrito nas notas explicativas de 2017 e memorando 35/2018. A Divisão de Administração Financeira/HUGV, através do memorando 436/2018, alegou que, o pagamento para a Unisol em questão era devido, relativo à folha de pagamento de precarizados, mas que este acordo não foi realizado no tempo devido e que a atual gestão priorizou o desligamento dos precarizados, baixa de saldo de contratos e demais providências subsequentes, não incluindo assim, tal devolução.

Abaixo as Tabelas 14 e 15, referente aos 07 (sete) fornecedores mais relevantes por Unidade Gestora (154039,150224).

Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 154039

		31/03/2018	AV(%)
A	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	1.246.960,23	16,87%
B	DRIVE A INFORMÁTICA LTDA	833.239,98	11,95%
C	ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL E	833.972,86	11,29%
D	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	727.302,48	9,84%
E	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	590.928,08	8,00%
F	J J BARROSO LTDA – ME	362.261,55	4,90%
G	BIBLIOTHECA SISTEMAS DO BRASIL LTDA	353.062,50	4,78%
H	DEMAIS	2.391.884,62	32,37%
	TOTAL	7.389.612,30	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Tabela 15 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 150224

		31/03/2018	AV(%)
A	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	362.383,22	19,27%
B	GNATUS EQUIPAMENTOS MÉDICO ODONTOLÓGICOS S/A	355.416,24	18,90%
C	BIOTARGENTIG REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO DE PRODUTOS	133.457,62	7,10%
D	NEW MÉDICA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSP.	131.321,64	6,98%
E	HOSPMED COMÉRCIO EIRELI – EPP	93.000,00	4,95%
F	J A S LOUREIRO & CIA LTDA	80.025,00	4,26%
G	C M DE MACEDO – ME	75.286,74	4,00%
H	DEMAIS	649.703,89	34,55%
	TOTAL	1.880.594,35	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Salientamos que o principal Fornecedor da UG 154039 é a FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES - UNISOL, referentes aos contratos 67/2014, 44/2017, 46/2017, 47/2017 e 02/2018 conforme já mencionado acima. Assim como, o principal fornecedor da UG 150224 é a Empresa AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, que se refere a serviços de fornecimento de energia elétrica relativo ao exercício de 2016.

1.6.4 - Obrigações Contratuais

Em 31/03/2017, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 76.155.633,94, relacionado com as obrigações contratuais, sendo o saldo das parcelas que serão executados nos próximos meses.

A seguir, apresenta-se a tabela 16, com os principais contratos do órgão, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

TABELA 16 – Obrigações Contratuais – Órgão 26270 – Valores em Execução

	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)
Aluguéis	129.511,17	218.774,41	-40,80%
Fornecimento de Bens	5.849.564,50	6.425.044,92	-8,96%
Empréstimos e Financiamentos			
Seguros			
Serviços	70.176.558,27	82.273.315,73	-14,70%
Demais			
Total	76.155.633,94	88.917.135,06	-14,35%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As obrigações contratuais relacionadas na Tabela 16, por tipo de classificação, representam na maioria os contratos de serviços por 92,15% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/03/2018.

Os saldos remanescentes de alguns contratos de serviços presentes na conta de controle existentes na UG 154039 serão regularizados no próximo trimestre de 2018, após confirmação pelo Setor de Contratos.

Vale ainda salientar que, sobre os saldos de alguns contratos presentes nas contas de controle, a UG 150224 informou:

- A conta de controle de contratos de Aluguéis em Execução foi regularizada quando da elaboração das notas explicativas, referente ao 1º trimestre de 2018, com base no memorando nº 083/ 2018 -Ucont/ Hugn-Ufam, visto que o contrato 001/ 2016 Engeltech Equipamentos Médicos Hospitalares teve o contrato rescindido em 15/ 12/ 2017 e Metal

Alloy Indústria e Comércio Ltda que teve o contrato 30/2011 encerrado em 31/12/2017 sem ter até o presente momento a celebração de termo aditivo.

- Em relação à Conta de Controle de Fornecimento de Bens, a empresa N Neves Serviços – ME e Diagnocel Comércio e Representações Ltda permanecem com o mesmo saldo do 4º trimestre de 2017, porém no 1º trimestre de 2018 a representatividade é de 29,57% para a I N Neves e 24,65% para Diagnocel. Ambos estão com a vigência expirada, no entanto, identificadas inconsistências em algumas liquidações, aguardamos a regularização do saldo conforme memorando 030/ 2018 -ULD-HUGV-UFAM. No trimestre anterior tínhamos liderando o grupo de conta de controle de contratos de Bens o fornecedor Nutrana Ltda, e embora no trimestre em análise ainda conste o saldo correspondente a 1,66%, o saldo remanescente foi estornado em 13/abr/ 2018 . Ocorrendo também o estorno de saldo referente à empresa J A S Loureiro no valor de R\$ 856.401,50 conforme memorando 088/2018-UCONT/HUGV/UFAM em decorrência dos contratos estarem vencidos e não haver para este fornecedor saldo de Restos a Pagar Não Processados.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 17, relacionando-se os saldos das Obrigações Contratuais por Unidades Gestoras (154039 e 150224), vinculadas ao Órgão 26270 na data base de 31/03/2018.

TABELA 17 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

Órgão 26270	31/03/2018	AV (%)
Unidade Gestora 154039	62.870.777,48	82,56%
Unidade Gestora 150224	13.284.856,46	17,44%
Total	76.155.633,94	100%

Fonte: SIAFI, 2018.

Entre as Unidades Gestoras que estão vinculadas ao órgão 26270, observa-se que a UG 154039 responde por 82,56% do total contratado.

Em seguida, apresenta-se a Tabela 18, relacionando-se os saldos dos contratos mais representativos vinculadas ao Órgão 26270 na data base de 31/03/2018.

Tabela 18 - Obrigações Contratuais – Órgão 26270 Por Contratado

	31/03/2018	AV (%)
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	12.237.662,24	16,07%
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PROTEÇÃO INDIVIDUAL	8.362.267,90	10,98%
M J RESTAURANTES LTDA – EPP	5.723.204,70	7,52%
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	5.273.239,52	6,92%
LS - SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA-ME	3.496.507,04	4,59%
COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LIMITADA	3.056.053,37	4,01%
OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LIMITADA – ME	2.744.401,95	3,60%
DEMAIS	35.262.297,22	46,30%
Total	76.155.633,94	100%

Fonte: SIAFI, 2018

Em relação aos 7 (sete) contratados mencionados acima na Tabela 18, os quais representam 53,70% do total a ser pago pelo Órgão 26270 com relação as obrigações contratuais, apresentamos o resumo das principais transações:

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	Obra de construção do Hospital Universitário HUGV	R\$ 105.905.487,00	12.237.662,24	22/05/2018
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	Referente a nove contratos, englobando os serviços de limpeza e apoio em Manaus e em unidades dos interiores.	R\$ 15.737.456,76	8.362.267,90	12/04/2018 30/09/2018 12/10/2018
M J RESTAURANTES LTDA	Alimentação (almoço, jantar e desjejum) – CAPITAL.	R\$ 8.812.800,00	5.723.204,70	01/03/2019
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	Gerenciamento administrativo e financeiro do projeto intitulado Programa de Qualificação de Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento.	R\$ 4.299.127,68	5.273.239,52 (Contrato 48/2017 + demais contratos do fornecedor)	28/12/2019
LS - SERVIÇOS DE LAVANDERIA	Serviço de lavanderia hospitalar.	R\$ 3.705.021,00	3.496.507,04	09/12/2018
COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LIMITADA	Construção do Bloco 1 de Coari.	R\$ 5.700.000,00	3.056.053,37	01/05/2018
OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LIMITADA – ME	Referente a dois contratos, englobando os serviços de agenciamento de passagens e hospedagens.	R\$ 4.807.785,89	2.744.401,95	01/07/2018 18/04/2018

O principal valor do grupo de obrigações do Órgão 26270 refere-se ao contratado TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA, Contrato 30/2012, e trata-se da execução da obra de construção do novo prédio do Hospital Universitário Getúlio Vargas, por intermédio da Concorrência nº 30/2012, cujo prazo de execução é 22/05/2018.

O segundo valor do grupo de obrigações do Órgão 26270 refere-se à Contratada ADAP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, que trata de 09 contratos, recentemente prorrogados, que atendem o Campus da Capital e os Campi do Interior, sendo todos pertencentes à UG 154039, conforme segue:

- ✓ 07 (sete) contratos de conservação e limpeza (Contratos nº 32/2014, 60/2014, 62/2014, 63/2014, 64/2014, 65/2014 e 66/2014);
- ✓ 02 (dois) contratos de apoio e limpeza (Contratos nº 27/14 e 35/14).

O terceiro valor do grupo de obrigações contratuais do Órgão 26270 refere-se ao contratado M J RESTAURANTES LTDA - EPP, Contrato 18/2017, e trata-se do preparo e fornecimento de alimentação (café, almoço e jantar) destinados a comunidade universitária nos setores Norte e Sul do Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho na capital Manaus/AM.

O quarto valor do grupo se refere ao Fornecedor FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, principalmente pelo Contrato 48/2017, que trata do projeto “Programa de Qualificação de Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento”, com vigência a partir de 28/12/2017 e término da execução em 28/12/2019.

Em relação ao saldo remanescente do contrato 08/2012 da FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, cujo objeto é propiciar condições de suporte às ações do HUGV (assistência, ensino e pesquisa em áreas críticas) presente nas Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017 já foi regularizado no 1º trimestre de 2018 pela UG 150224 por encontra-se extinto, visto que o Termo Aditivo 009/2017 não foi formalizado em tempo hábil. Ressalta-se que tal despesa atualmente está sendo paga por indenização. Maiores detalhes sobre esse assunto estão sendo tratado no anexo de Fornecedores.

Abaixo as Tabelas 19 e 20, com os principais valores dos grupos das obrigações contratadas por Unidade Gestora (154039 e 150224).

Tabela 19 - Obrigações Contratuais – UG 154039 Por Contratado

	31/03/2018	AV (%)
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	12.237.662,24	19,46%
ADAP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	8.362.267,90	13,30%
M J RESTAURANTES LTDA - EPP	5.723.204,70	9,10%
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	5.273.239,52	8,39%

COPEF CONSTRUCAO E COMERCIAL LIMITADA	3.056.053,37	4,86%
OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA – ME	2.744.401,95	4,37%
COPYTEC SERVICOS GRAFICOS LTDA – ME	2.465.070,14	3,92%
DEMAIS	23.008.877,66	36,60%
Total	62.870.777,48	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Tabela 20 - Obrigações Contratuais – UG 150224 Por Contratado

	31/03/2018	AV (%)
LS – SERVIÇOS DE LAVANDERIA – ME	3.496.507,04	26,32%
C E C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA	1.929.433,85	14,52%
I N NEVES SERVICOS ME - ME	1.729.549,60	13,02%
DIAGNOCEL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	1.442.104,00	10,86%
J A S LOUREIRO & CIA LTDA	856.401,50	6,45%
GREINER BIO-ONE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITARES LTDA	467.728,00	3,52%
VISAM VIGILÂNCIA E SEGURANÇA DA AMAZÔNIA LTDA	385.172,48	2,90%
DEMAIS	2.977.959,99	22,42%
Total	13.284.856,46	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Nas Tabelas 19 e 20, relaciona-se o contratado mais significativo e o saldo a executar por Unidade Gestora, na data base de 31/03/2018, conforme segue:

- ✓ UG 154039: o principal valor do grupo obrigações contratuais da UG 154039, refere-se ao Fornecedor “TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA”, o qual é também o principal na lista do Órgão 26270, evidenciado na Tabela 18, devidamente descrito acima;
- ✓ UG 150224: o principal valor do grupo obrigações contratuais da UG 150224 refere-se ao Fornecedor “LS – SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA - ME”, o qual é também o quinto principal valor na lista do Órgão 26270, evidenciado na Tabela 18, devidamente descrito acima. Trata-se do Contrato 25/2017, cujo objeto é a prestação de serviços contínuos de lavanderia, com locação de enxoval com vigência a partir de 10/12/2017. Ao aprofundarmos na análise, encontramos indícios de que o contrato estaria nulo, diante do fato da publicação não ter cumprido os prazos dispostos no parágrafo único artigo 61 da Lei 8.666/93. Esse parágrafo esclarece que a publicação é condição indispensável para a eficácia e deve ocorrer até o quinto dia útil ao mês

seguinte da assinatura para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. Tal irregularidade foi informada a Administração Superior através do Memorando nº 125/2018-DEFIN/PROADM/UFAM. Nas notas explicativas da UG 150224, foi confirmado que houve o lapso temporal entre a data da assinatura do contrato e a publicação no Diário Oficial. A rescisão desse contrato já está sendo providenciada pela UG em questão.

Em seguida, temos a empresa C&C Serviços de Construção Ltda que possui representatividade de 26,34% no primeiro trimestre de 2018 . Este fornecedor abrange dois tipos distintos de contratos, a saber:

1. Serviços de limpeza (dispensa de licitação Nº 10/ 2017) - conforme registrado nas notas explicativas do 4º trimestre de 2017, havia o encaminhamento, conforme contido no Memo n. 070/2018/DAF/HUGV que, pela essencialidade do serviço, a prestação do serviço prosseguiria e seu pagamento seria realizado através de Termo de Ajuste de Contas, a partir de 11/11/2017, considerando que o contrato 010/2017, com a empresa C&C, teve sua vigência expirada em 10/11/2017. Para confecção da 1ª nota explicativa de 2018, essa Controladoria solicitou posicionamento da Gestão, encaminhando o memorando 33/2018 à Gerência Administrativa para obter informações quanto ao andamento do processo para contratação do serviço de limpeza e conservação. A Gerência Administrativa, conforme memorando 019/2018, informou que o processo para esta contratação está em fase de ajustes no termo de referência, com um período estimado para conclusão da contratação, com sua publicação final em 28/05/2018.
2. Serviço de apoio às atividades hospitalares (maqueiros) (contrato 08 de 2015) - essa Controladoria solicitou posicionamento da Gestão, encaminhando o memorando 33/2018 à Gerência Administrativa para obter informações quanto ao andamento do processo para contratação do serviço de maqueiros, que no momento está sendo executado sem cobertura contratual. Conforme o memorando 019/2018, a Gerência Administrativa informou que o processo para esta contratação encontra-se em fase de elaboração de minuta de edital de licitação, com período estimado de conclusão de contratação, com publicação final para o início de maio/2018

2 - Resultados da Análise dos Índices da Demonstração das Variações Patrimoniais**2.1 – Demonstração das Variações Patrimoniais – Resumida**

	31/03/2018	31/03/2017	AH	AV - 03/18
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	220.648.650,19	211.136.872,18	4,51%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	949.675,76	517.729,99	83,43%	0,43%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	486.972,48	1.950.856,15	-75,04%	0,22%
Transferências e Delegações Recebidas	219.030.731,91	195.723.354,03	11,91%	99,27%
Val e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	12.948,75	-100,00%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	181.270,04	12.931.983,26	-98,60%	0,08%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	223.576.401,09	196.782.802,69	13,62%	101,33%
Pessoal e Encargos	126.994.425,29	108.680.916,04	16,85%	57,56%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	40.084.354,05	35.523.973,29	12,84%	18,17%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25.467.070,16	28.752.445,03	-11,43%	11,54%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	14.776,77	4.379,83	237,38%	0,01%
Transferências e Delegações Concedidas	22.386.207,07	19.346.058,88	15,71%	10,15%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.536.376,55	861.717,88	194,34%	1,15%
Tributárias	417.657,86	420.380,31	-0,65%	0,19%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serv Prest	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.675.533,34	3.192.931,43	77,75%	2,57%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(2.927.750,90)	14.354.069,49	-120,40%	-1,33%

2.2 Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a prestação de serviços, que resultem em aumento do patrimônio líquido, segregando-se a venda bruta das deduções como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Em análise do grupo de contas de VPA EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PREST. , observa-se uma variação horizontal de 83,43% em 31/03/2018 (R\$ 949.675,76) quando comparado com 31/03/2017 (R\$ 517.729,99), que deve-se à movimentação na conta Contábil VALOR BRUTO EXPLORACAO BENS, DIR E SERVICOS. Esta variação se dá principalmente devido ao aumento na arrecadação de inscrições em Vestibular e Serviços Administrativos no 1º Trimestre de 2018.

Tabela 21 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	949.675,76	517.729,99	-
Total	949.675,76	517.729,99	83,43%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.3 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. compreende: descontos obtidos, juros auferidos, premio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Em análise do grupo de contas de VPA VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS, pode-se observar um decréscimo de 75,04% no 1º trimestre de 2018 (R\$ 486.972,48) quando comparado com o 1º trimestre de 2017 (R\$ 1.950.856,15), variação esta, que se deve principalmente à movimentação da conta de VPA - REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS realizada em Fev/2017 no valor de R\$ 1.757.824,39 referente a Adiantamentos de Transferências Voluntárias, feito através de autorização de uso de rendimentos da aplicação financeira do recurso do Convênio sob nº 03/2010 (750009/2010 SICONV) cujo objeto consiste na execução do projeto "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica" citado nas Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, item: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

Tabela 22 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	486.972,48	1.950.856,15	-
Total	486.972,48	1.950.856,15	-75,04%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.4 - Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos

Registra a contrapartida da Incorporação de outros novos Ativos e a contrapartida da Desincorporação de Passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar. Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).

Em análise do grupo de contas de VPA VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACÃO DE PASSIVOS, pode-se observar que no 1º trimestre de 2018 a conta estava sem saldo, enquanto no 1º trimestre de 2017 contava com um saldo de R\$ 12.948,75,

gerando uma redução na variação horizontal de 100%. Este saldo de 31/03/2017 deve-se à movimentação na Conta Contábil OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS, que se detalha da seguinte forma:

2.4.1 Outros Ganhos com Incorporação de Ativos

- UG 150224 HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - O valor de R\$ 12.948,75 se refere ao registro de regularização de saldo de estoque de Gêneros de Alimentação.

Tabela 23 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	12.948,75	-
Total	0,00	12.948,75	-100%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.5 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das Demais Variações Patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

Em análise ao Grupo de Contas DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS, pode-se observar um decréscimo de 98,60% no 1º trimestre de 2018 (R\$ 181.270,04) quando comparado com o 1º trimestre de 2017 (R\$ 12.931.983,26). Este saldo do 1º Trimestre de 2017 deve-se à movimentação observada na Conta Contábil RESTITUICOES que se refere a uma devolução de saldo remanescente de Convênio, no valor de R\$ 12.636.908,01, cujo objeto consiste na execução do projeto "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica" citado nas Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, item: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

O saldo do 1º Trimestre de 2018 (R\$ 181.270,04) se deve em grande parte também a devoluções de recursos de Convênio pela Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL.

Tabela 24 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	181.270,04	12.931.983,26	-
Total	181.270,04	12.931.983,26	-98,60%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.6 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Em análise do Grupo de contas de VPD VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS, pode-se observar uma variação horizontal de 237,38% no 1º trimestre de 2018 (R\$ 14.776,77), quando comparado com o 1º trimestre de 2017 (R\$ 4.379,83), que se deve à movimentação no Grupo de Contas DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS que finalizou o trimestre com um saldo de R\$ 14.297,38 o equivalente a 96,76% do total do Grupo de Contas em questão.

Tal fato decorre do aumento das concessões de descontos às empresas permissionárias devido ao período maior de férias letivas neste 1º Trimestre de 2018.

Tabela 25 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	14.776,77	4.379,83	-
Total	14.776,77	4.379,83	237,38%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.7 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação De Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, com provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias, bem como registra a variação patrimonial diminutiva decorrente da incorporação de passivos.

Em análise do grupo de conta de DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, pode-se observar uma variação horizontal de 194,34% no 1º trimestre de 2018 (R\$ 2.536.376,55), quando comparado com o 1º trimestre de 2017 (R\$ 861.717,88). Os valores de maior representatividade correspondem às movimentações na conta de INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, conforme discriminado mais abaixo:

Tabela 26 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.536.376,55	861.717,88	-
Total	2.536.376,55	861.717,88	194,34%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.7.1 Incorporação de Passivos

Em análise da conta de INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, observamos um acréscimo de 194,33% no 1º trimestre de 2018 (R\$ 2.536.280,55), quando comparado com o 1º trimestre de 2017 (R\$ 861.717,88). Os valores correspondem a reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores, que pertencem a UG 154039 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. Os valores de reconhecimento de dívida de maior representatividade são os seguintes:

- R\$ 496.024,38 - AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
- R\$ 1.041.479,42 - ADAP SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Há indícios de não ter sido feita a previsão das despesas contratuais referentes ao final do exercício de 2017. Dessa forma, a gestão precisou utilizar o orçamento de 2018 para reconhecer as dívidas pendentes referentes ao ano anterior.

Tabela 26.1 – Incorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.536.280,55	861.717,88	-
Total	2.536.280,55	861.717,88	194,33%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.7.2 Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas não classificada em itens específicos.

Em análise da conta DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS, pode-se observar uma variação horizontal de 190.470,48% no 1º trimestre de 2018 (R\$ 2.382.130,99), quando comparado com o 1º trimestre de 2017 (R\$ 1.250,00), que se deve à movimentação no Grupo de Contas INDENIZACOES que pode ser detalhada da seguinte forma:

No 1º Trimestre de 2017 a conta de INDENIZACOES, apresentava um saldo de R\$ 440,00, se deve principalmente à reembolso da taxa ref. processo de revalidação de diploma de estrangeiros a Yonys Rolando Quijada Dos Santos Teixeira.

No 1º Trimestre de 2018, a mesma conta finalizou o exercício com um saldo de 2.381.800,99, que se divide por UG da seguinte forma:

- 150224/15256 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS: R\$ 633.728,35, que se deve à indenizações pelos serviços prestados pela C E C Serviços de Construção - LTDA, na execução de Serviços de limpeza, conservação, higiene e serviços de apoio às atividades hospitalares (maqueiros). Maiores detalhes encontram-se no Anexo de Obrigações Contratuais.

- 154039/15256 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS: R\$ 1.748.072,64, que se deve na proporção de 95,01% desse valor total, à indenização para a empresa 84.526.045/0001-94 - Globalservice Vigilância e Segurança - LTDA pelos serviços prestados de vigilância nos meses de Jan e Fev/2018.

Com relação aos pagamentos feitos sem cobertura contratual, a Globalservice Vigilância e Segurança - LTDA, referente a serviços prestados de vigilância, se justifica pelo fato da suspensão do Pregão Eletrônico nº 01/2018 para atendimento do despacho emitido pelo TCU (Acórdão nº 379/2018 - TCU / Plenário Processo nº 004.780/2018-3) a respeito de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico citado. Por se tratar de serviço essencial, sua interrupção ou descontinuidade poderá causar prejuízos às atividades fins da UFAM e ao interesse público, conforme justifica documentada pela Prefeitura do Campus desta universidade, através do MEMO nº 047/2018 - CTIDLMA-PCU.

Diante do exposto, foi providenciada a dispensa de licitação nº 006/2018 com a formalização do contrato emergencial nº 007/2018 com urgência por 6 (seis) meses, de 19/04/2018 a 15/10/2018, para que haja cobertura contratual.

Outrossim identificamos durante a análise das notas explicativas outros casos de despesas sendo pagas sem cobertura contratual. Vale ressaltar que o Departamento Financeiro da UG 154039 já está tomando providências no sentido de informar e alertar a Administração Superior sobre a situação em questão, conforme Memorandos Nº 61/2018–DEFIN/UFAM, 99/2018–DEFIN/UFAM e 144/2018 –DEFIN/UFAM.

Tabela 26.2 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.382.130,99	1.250,00	-
Total	2.382.130,99	1.250,00	190.470,48%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

3 - Resultados da Análise dos índices do Balanço Orçamentário

3.1 - Balanço Orçamentário Estendido

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
RECEITAS CORRENTES	6.030.094,00	6.030.094,00	1.436.049,24	(4.594.044,76)
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.473.927,00	1.473.927,00	527.294,66	(946.632,34)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	771.204,00	771.204,00	40.357,25	(730.846,75)
Valores Mobiliários	702.723,00	702.723,00	486.937,41	(215.785,59)
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	17.189,89	17.189,89
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	4.339.698,00	4.339.698,00	876.057,29	(3.463.640,71)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.339.698,00	4.339.698,00	876.057,29	(3.463.640,71)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	216.469,00	216.469,00	15.507,40	(200.961,60)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	216.469,00	216.469,00	13.199,09	(203.269,91)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2.308,31	2.308,31
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	6.030.094,00	6.030.094,00	1.436.049,24	(4.594.044,76)
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.030.094,00	6.030.094,00	1.436.049,24	(4.594.044,76)
DEFICIT	-	-	541.530.543,00	541.530.543,00
TOTAL	6.030.094,00	6.030.094,00	542.966.592,24	536.936.498,24

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
DESPESAS CORRENTES	724.351.349,00	724.351.349,00	539.782.590,24	177.343.437,93	171.604.441,97	184.568.758,76
Pessoal e Encargos Sociais	586.918.443,00	586.918.443,00	480.600.945,67	150.103.252,01	150.103.252,01	106.317.497,33
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	137.432.906,00	137.432.906,00	59.181.644,57	27.240.185,92	21.501.189,96	78.251.261,43
DESPESAS DE CAPITAL	8.208.768,00	8.208.768,00	3.184.002,00	849.121,79	297.473,61	5.024.766,00
Investimentos	8.208.768,00	8.208.768,00	3.184.002,00	849.121,79	297.473,61	5.024.766,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	732.560.117,00	732.560.117,00	542.966.592,24	178.192.559,72	171.901.915,58	189.593.524,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	732.560.117,00	732.560.117,00	542.966.592,24	178.192.559,72	171.901.915,58	189.593.524,76
SUPERAVIT	-	-	-	-	-	-
TOTAL	732.560.117,00	732.560.117,00	542.966.592,24	178.192.559,72	171.901.915,58	189.593.524,76

3.2 - Balanço Orçamentário – Análise

Visão Geral

Balanço Orçamentário		Real/Exec	AV
	Receitas Correntes	23,81%	100,00%
	Receitas de Capital	#DIV/0!	0,00%
	Total das Receitas	23,81%	100,00%
	Despesas Correntes	74,52%	99,41%
	Despesas de Capital	38,79%	0,59%
	Total das Despesas	74,12%	100,00%
	Superávit/(Déficit)	-	-

Balanço Orçamentário		Realização/Execução
	Receitas Correntes	1.436.049,24
	Receitas de Capital	-
	Total das Receitas	1.436.049,24
	Despesas Correntes	539.782.590,24
	Despesas de Capital	3.184.002,00
	Total das Despesas	542.966.592,24
	Superávit/(Déficit)	(541.530.543,00)

Análise Vertical e da Realização/Execução

Maiores Realizações / Execuções

Posição	Receitas	Real.	AV
1	Valores Mobiliários	69,29%	33,91%
2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20,19%	61,00%
3	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6,10%	0,92%
4	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5,23%	2,81%
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Posição	Despesas	Exec.	AV
1	Pessoal e Encargos Sociais	81,89%	88,51%
2	Outras Despesas Correntes	43,06%	10,90%
3	Investimentos	38,79%	0,59%
4			
5			

Menores Realizações / Execuções

Posição	Receitas	Real.	AV
1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5,23%	2,81%
2	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6,10%	0,92%
3	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20,19%	61,00%
4	Valores Mobiliários	69,29%	33,91%
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Posição	Despesas	Exec.	AV
1	Investimentos	38,79%	0,59%
2	Outras Despesas Correntes	43,06%	10,90%
3	Pessoal e Encargos Sociais	81,89%	88,51%
4			
5			

RPNP e RPP (Maiores Contribuições)

RPNP

Posição	Despesas	RPNP	RPP
1	Investimentos	73,33%	64,97%
2	Pessoal e Encargos Sociais	68,77%	0,00%
3	Outras Despesas Correntes	53,97%	21,07%
4	Juros e Encargos da Dívida	0,00%	0,00%
5			

RPP

Posição	Despesas	RPP	RPNP
1	Investimentos	64,97%	73,33%
2	Outras Despesas Correntes	21,07%	53,97%
3	Pessoal e Encargos Sociais	0,00%	68,77%
4			
5			

Análise da Receita por Categoria Econômica

Maiores Realizações / Execuções

Posição	Receitas Correntes	Real.	AV
1	Valores Mobiliários	69,29%	33,91%
2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20,19%	61,00%
3	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6,10%	0,92%
4	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5,23%	2,81%
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Menores Realizações / Execuções

Posição	Receitas Correntes	Real.	AV
1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5,23%	2,81%
2	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6,10%	0,92%
3	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20,19%	61,00%
4	Valores Mobiliários	69,29%	33,91%
5			
6			
7			
8			
9			
10			

3.3 Receitas Correntes

3.3.1 Outras Receitas Correntes

Em relação às “Outras Receitas Correntes” do Órgão 26270 no 1º trimestre de 2018, embora a mesma não apresente variações percentuais significativas, vale destacar a ausência dos valores referentes à devolução no valor de R\$ 12.636.908,01, realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, por conta da rescisão do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) com a UG 154039, pela não execução do objeto, disponibilizado através de Termo de Execução Descentralizada, firmada entre MCTI, UFAM e Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, valor que gerou os principais destaques do ano de 2017 para essa categoria. Atualmente o valor em questão se encontra investido, constando no Ativo do Balanço Patrimonial de modo que não mais aparecerá em nosso Balanço Orçamentário. Cabe destacar que nossa Instituição ainda está buscando realizar o objeto do Convênio em questão por meios próprios.

3.4 Despesas Correntes

3.4.1 Pessoal e Encargos Sociais

Ao analisar as Despesas Correntes - Pessoal e Encargos Sociais do Órgão 26270 no 1º trimestre de 2018, observamos que já foi realizado o valor de R\$ 480.600.945,67, ou seja, cerca de 81,89% do previsto. Esse elevado percentual de execução ainda no primeiro trimestre do ano é consequência de nossa política de controle no que tange à Folha de Pagamento, que objetiva empenhar os valores referentes à Folha ainda no início do ano, facilitando assim o controle orçamentário desta categoria de despesa.

3.4.2 Outras Despesas Correntes

Ao analisar as "Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes" do Órgão 26270 no 1º trimestre de 2018 observamos que já foi realizado o valor de R\$ 59.181.644,57, ou seja, cerca de 43,06% do previsto. Esse elevado percentual de execução ainda no primeiro trimestre do ano é um indicativo de que os valores da Dotação Inicial podem vir a ser insuficientes para atender as despesas da Instituição nessa categoria até o final do ano e dependendo de descentralizações de créditos para cobrir as suas despesas. Ainda sobre este grupo, na UG 150224 (HUGV), vale destacar que as despesas empenhadas correspondem a 161,49 % da dotação atualizada, o que em parte se justifica devido aos repasses, ainda que de forma eventual, pelo Rehuf, parceria entre o Ministério da Educação e Fundo Nacional de Saúde para reestruturação dos Hospitais Universitários, permitindo a manutenção de parte das despesas da unidade.

3.5 – Anexos

3.5.1 Anexo – Execução Orçamentária de Restos a Pagar

Em 31/03/2018, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 34.469.890,68, relacionados com Restos a Pagar processados e não processados.

A seguir, apresenta-se as Tabelas 27 e 28, com os saldos de Restos a pagar no primeiro trimestre de 2017 e primeiro trimestre de 2018.

Tabela 27 - Restos a pagar não processado - Órgão 26270

ÓRGÃO : 26270			
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS			
DESCRIÇÃO	31/03/2018	31/03/2017	AH
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	16.718.259,74	16.879.678,87	-0,96%
RP NÃO PROCESSADOS -LIQUIDADOS A PAGAR	4.675.595,87	10.551.261,18	-55,69%
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO	84.157,00	11.580,16	626,73%
RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	5.221.631,41	82.088,46	6260,98%
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	28.809.549,06	46.686.875,35	-38,29%
RP NÃO PROCESSADOS BLOQUEADOS		49.028,00	-100,00%
TOTAL DA EXEC. DE RP NÃO PROCESSADOS	55.509.193,08	74.260.512,02	-25,25%

Fonte: SIAFI, 2018, 2017

Tabela 28 - Restos a pagar processado - Órgão 26270

ÓRGÃO : 26270			
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR – PROCESSADOS			
DESCRIÇÃO	31/03/2018	31/03/2017	AH
RP PROCESSADOS PAGOS	10.606.636,33	2.741.851,24	286,84%
RP PROCESSADOS - NÃO PAGOS	900.588,75	890.229,19	1,16%
RP PROCESSADOS CANCELADOS	105.118,72	974,78	10683,84%
TOTAL DA EXEC. DE RP PROCESSADOS	11.612.343,80	3.633.055,21	219,63%

Fonte: SIAFI, 2018, 2017

Observa-se que o total dos valores de restos a pagar não processados apresenta uma redução total de 25,25% em 31/03/2018, quando comparados com 31/03/2017. Tal aumento deve-se ao fato de maiores valores de restos a pagar não processados terem sido inscritos no exercício de 2016, decorrentes da maior disponibilidade de recursos orçamentários para a cobertura principalmente de obras através da matriz Andifes, Reuni e Emendas Parlamentares, assim como material permanente.

Na UG 150224 (HUGV), o montante de R\$ 84.157,00 relativos a Restos a Pagar não processados a liquidar em liquidação refere-se a dois valores discriminados a seguir:

1. Valor de R\$ 4.132,00 refere-se a material de consumo químico entregue após a vigência do contrato 03/2016, entretanto, o empenho foi emitido dentro da vigência do mesmo. Outro fato que ocorreu foi que não consta na nota fiscal o ateste do fiscal.

A contadora dessa UG informou que se optou em registrar temporariamente o valor da despesa "RPNP em liquidação" e conforme Memorando nº 033/2018-ULD-HUGV/Ufam,

encaminhado para a Unidade de Liquidação os procedimentos para a regularização desta pendência estão sendo providenciadas, no entanto encontra dificuldade em realizar o ajuste, tendo em vista que o sistema SIAFI não aceita o registro. A Unidade de Liquidação entrou em contato com a Setorial Contábil do MEC, com vistas a receber orientações acerca do assunto, entretanto as informações repassadas não foram suficientes para corrigir a liquidação e que novamente vai contatar a Setorial Contábil do MEC.

2. Valor de R\$ 80.025,00 refere-se a despesa com material de consumo, Pregão 03/2016, Contrato 09/2016 cuja vigência foi de 18/04/2016 a 17/04/2017.

Em 29/06/2017, foi emitida a NF-e 2366, com atesto de recebimento de material pelo almoxarifado no dia 07/07/2017.

A contadora da UG 150224 informou que devido à emissão da nota fiscal e a entrega do produto terem sido efetuados após a vigência do contrato, mas com empenho emitido dentro da vigência do mesmo, a Unidade de Liquidação à época encaminhou o Memorando nº 068/2017 – ULD/SOF/HUGV datado de 19/07/2017 para apreciação e orientação da Divisão de Administração Financeira –DAF acerca do assunto, provisoriamente o titular da Unidade de Liquidação resolveu registrar o valor como “em liquidação”. O processo foi encaminhado pela DAF para Unidade de Contratos no dia 28/07/2017 através do Memorando nº 911/2017-DAF/HUGV/Ufam.

Por meio do Memorando nº 036/2018 –SAC a Controladoria solicitou o processo para análise mas até o momento a Unidade de Contratos não atendeu a solicitação.

Ao analisar os restos a pagar não processados cancelados verificamos que estes apresentaram um aumento expressivo, ao se comparar os primeiros trimestres de 2017 e 2018, em torno de 6.260,98%. Isso se deve ao fato de que no 1º trimestre do exercício de 2018 houve um grande esforço da atual Direção do Departamento Financeiro da UG 154039 em atender ao Ofício nº 12/2018/GAB/SPO/MEC, de 28 de fevereiro de 2018, o qual trata sobre a apresentação de justificativa relacionada à permanência de estoque de restos a pagar nesta instituição. Assim, foi solicitada das Unidades Solicitantes uma posição atual sobre a execução dos empenhos de restos a pagar pendentes, cancelando os que não têm mais previsão de ser entregue o material ou prestado o serviço, bem como foi providenciado o cancelamento de imediato dos restos a pagar não processados referentes a diárias, folha de pagamento e ajuda de custo, resultando numa redução de aproximadamente 30% no montante de RP, comparando os valores de fevereiro de 2018 (R\$ 36.540.503,29) com março do mesmo ano (26.127.601,27). Além dessas medidas relatadas anteriormente no Ofício nº 167/2018/GR/UFAM, ainda apresentou as seguintes justificativas:

1. Em análise aos RP da UG 154039, constata-se a existência de restos a pagar não processados com mais de 2 (dois) anos. O §2º, art. 68, do Decreto nº 93.872/1986, estabelece que “Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º”. Diante do exposto, estamos averiguando a condição dos empenhos com mais de 2 (dois) anos da inscrição em RPNP, para proceder ao cancelamento em caso de prescrição da validade ou ausência de instrumento legal de prorrogação. Alguns empenhos de restos a pagar da UFAM com

mais de 2 (dois) anos, estão previstos na alínea c, Inciso II, §3º do art. 68 Decreto nº 93.872/86:

“§ 3º Permanecem válidos, após a data estabelecida no § 2º, os restos a pagar não processados que:

II - sejam relativos às despesas:

c) do Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.”

2. A UG 154039, assim como grande parte das Entidades da Administração Pública Federal, tem apresentado certa dificuldade em atender o disposto no artigo 27 do Decreto 93.872, pois se tratam de despesas relativas a contratos, convênios, acordos e ajustes de vigência plurianual, sendo que a maioria dos recursos orçamentários disponibilizados é encaminhada de forma global. Dessa forma, não permite a Instituição empenhar a despesa de acordo com o cronograma do desembolso ao projeto ou Plano de Trabalho.

Ressaltamos que a totalidade dos empenhos de anos anteriores a 2014 já ter sido cancelada no ano de 2016.

Em relação aos valores de restos a pagar não processados bloqueados, podemos ressaltar que a STN efetuou na data de 30 de junho de 2017, o bloqueio de quatro empenhos inscritos no exercício de 2015 da UG 154039. Foi enviado o Ofício 167/2017-DEFIN/UFAM solicitando da Administração manifestação quanto ao desbloqueio desses empenhos, tendo em vista que esse ato de gestão fica a cargo do ordenador de despesas, ou pessoa por ele designada, conforme mensagem 2017/0837801 da SPO/MEC. Dessa forma, foi autorizado o desbloqueio somente do empenho 2015NE801309 da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões (UNISOL) pelo Pró-reitor de Administração e Finanças. Em dezembro de 2017 reiteramos a situação dos empenhos bloqueados remanescentes à PROADM tendo em vista a mensagem 2017/1704299 SPO/MEC e mediante autorização do Pró-reitor foi realizado o desbloqueio dos empenhos em questão.

Ocorreu aumento em 219,63% dos restos a pagar processados quando comparado o 1º trimestre de 2017 com o 1º trimestre de 2018. Tal aumento se deve principalmente aos empenhos de valores expressivos liquidados ao final do exercício de 2017 e que foram pagos no 1º trimestre de 2018.

Dentre os valores de restos a pagar processados cancelados, ressalto o valor de R\$ 79.989,60 da UG 154039 referente a serviços de pessoa jurídica, pois já foi pago essa despesa no exercício de 2017 através do documento 2017ne000505, como sendo o principal motivo do aumento de 10683,84% quando comparado o 1º trimestre de 2017 com o 1º trimestre de 2018.

Em relação à UG 154039, observou-se um grande volume de empenhos com valores irrisórios inscritos e reinscritos ao final do exercício de 2017, a maioria das pendências já foi regularizada pela atual direção do Departamento Financeiro, restando apenas o posicionamento do Departamento de Material - DEMAT para cancelamento dos demais saldos remanescentes através do Memorando nº 64/2018.

A seguir a Tabela 29, com os saldos de Restos a Pagar no 1º trimestre de 2018 por Unidade Gestora Vinculadas ao Órgão.

Tabela 29 – Execução Orçament. Restos a Pagar– Por UG (154039/150224)

	31/03/2018	AV (%)
Órgão 26270 - UG 154039	25.583.364,00	74,22%
Órgão 26270 - UG 150224	8.886.526,68	25,78%
Total	34.469.890,68	100%

Fonte: SIAFI, 2018

Em análise a Tabela 29, observa-se que a UG 154039 possui 74,22% do total dos Restos a Pagar do Órgão, sendo 25,78% da UG 150224. Esse fato se justifica pela UG 154039 possuir uma estrutura de funcionamento bem maior que a do Hospital Universitário (UG 150224).

A seguir a Tabela 30, com os Restos a Pagar em 1º trimestre de 2018 por natureza da despesa:

Tabela 30 - Restos a Pagar - Por Classificação por Natureza de Despesa

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS									
GRUPO DE DESPESAS	INSCRITO	REINSCRITO	BLOQUEADOS	CANCELADOS	A PAGAR	A LIQUIDAR	PAGOS	SALDO	%
Pessoal e Encargos Sociais							4	165.188,28	1,42%
Outras Despesas Correntes				10	19		128	10.288.150,03	88,60%
Investimentos					1		6	1.159.005,49	9,98%
Inversões Financeiras									0%
TOTAL - Restos a Pagar Processados	0	0		10	20	0	138	11.612.343,80	100%
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS									
Pessoal e Encargos Sociais									0%
Outras Despesas Correntes	1.003	333		202	103	734	493	36.213.190,43	65%
Investimentos	211	132		62	22	170	103	19.296.002,65	35%
Inversões Financeiras									0%
TOTAL - Restos a Pagar Não Processados	1.214,00	465,00		264,00	125,00	904,00	596	55.509.193,08	100%
TOTAIS - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS									
Pessoal e Encargos Sociais	0	0		0	0	0	4	165.188,28	0,25%
Outras Despesas Correntes	1.003	333		212	122	734	621	46.501.340,46	69,28%
Investimentos	211	132		62	23	170	109	20.455.008,14	30,47%
Inversões Financeiras	0	0		0	0	0	0	0	0,00%
TOTAL - Restos a Pagar Processados e Não Processados	1.214	465	0	274	145	904	734	67.121.536,88	100,00%

Observamos que os valores de Restos a Pagar Processados do órgão 26270 apresentam um saldo a pagar em 31/03/2018 de R\$ 900.501,75, sendo 55,68% da UG 150224 e 44,52% da UG 154039. Em relação à UG 154039, são referentes a 09 (sete) processos de despesas correntes e investimentos, conforme segue:

- 05 (cinco) processos da Empresa HITALO KLEBER RIBEIRO SILVA – ME, referentes ao Contrato nº 50/2013 de limpeza e conservação para os Campi do interior, encerrados no exercício de 2014. Os valores encontram-se pendentes devido a processos judiciais sobre ações trabalhistas que estão tramitando, sendo que os créditos poderão ser usados para quitar futuros débitos de ex-funcionários da empresa;

- 01 (um) processo de pagamento em favor da FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, Contrato nº67/2014, referente a serviços prestados de gerenciamento de projeto. Trata-se da última parcela, aguardando o relatório final de execução para efetuar o pagamento;

- 01 (um) processo de pagamento em favor da empresa J.J.BARROSO LTDA - ME, referente a construção do Restaurante Universitário do Campus de Parintins. Estava aguardando recurso financeiro da Emenda Parlamentar 16220009 - Pauderney Avelino, mas no mês de abril de 2018 já foi realizado o pagamento;

- 02 (dois) processos de pagamento, 01 (um) referente a diárias a colaboradores eventuais e outro processo em favor da empresa OCA VIAGENS E TURISMOS DA AMAZÔNIA. Ambos estão aguardando repasse da Coord. Geral de Sup. A Gestão Orçamentária (Ação Saberes Indígenas - TED 5388).

Em relação a UG 150224, a contadora do HUGV encaminhou as seguintes justificativas: 2016;

Com relação RP Processados ano 2016, estão sendo implementadas medidas visando a encontrar a motivação do não pagamento desses RPs, com o fito de evitar que valores permaneçam nessas contas por longo período sem seus efetivos pagamentos.

2017;

Com relação aos Restos a Pagar Processados inscritos em 2017 estão tomadas as providências com vistas aos seus pagamentos. O de maior valor (R\$ 386.627,15) – Empenho 2017NE00029139 – Amazonas Distribuidora de Energia S/A – conforme pessoa responsável ainda não efetuou o pagamento devido às questões técnicas no sistema.

Com relação aos valores de Restos a Pagar Não Processados, o Órgão 26270 apresenta um saldo a pagar em 31/03/2018 de R\$ 55.509.193,08 sendo que deste total, R\$ 4.675.595,87 referem-se a processos liquidados a pagar. Os maiores valores pendentes estão classificados em outras despesas correntes.

No caso da UG 154039, apresenta restos a pagar desde 2014 a 2017. Ressaltamos que no exercício de 2014 restam apenas oito (8) empenhos em restos a pagar. Os valores mais relevantes estão distribuídos da seguinte forma:

1.Despesas correntes: predominância de empenhos relacionados aos serviços de aquisição de passagens (Oca Viagens e Turismo LTDA) e serviço de gerenciamento de projetos

(Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões).

2. Investimentos: os valores mais relevantes são de Obras.

Em ambos os casos, está em andamento um levantamento, junto as Unidades Solicitantes, conforme Memo 64/2018 – DEFIN, para que se verifique se esses saldos ainda vão ser utilizados, principalmente os empenhos de 2014 que já apresentam um quantitativo reduzido. Tal informação foi inserida no Ofício n 167/2018/GR/UFAM como resposta a permanência de estoque de restos a pagar nesta instituição.

No caso da UG 150224, apresenta restos a pagar não processados desde 2016. Foi informado pela Contadora Responsável pela UG que os saldos mais representativos em Restos a pagar não processados seguem discriminados abaixo:

2016;

Entre os empenhos de restos a pagar não processados inscritos em 2016, o mais relevante são os serviços de higienização e desinfecção no novo Prédio do HUGV para a empresa Limpamais Serviços de Limpeza Ltda. A situação encontra-se a mesma da descrita nas notas explicativas do trimestre anterior, ou seja, em análise da Gerência Administrativa, haja vista apresentar divergências em relação aos valores dos serviços a serem pagos. A empresa alega que tem direito a um montante superior do estabelecido pelo HUGV.

Quanto aos demais valores, estão aguardando manifestação da Divisão da Administração Financeira - DAF e em alguns casos obteve sua autorização para cancelamento dos empenhos, sendo efetuados em abril/2018.

2017;

Em relação aos RPNP a Liquidar inscritos em 2017 o valor com maior relevância é o valor de R\$ 1.270.000,00 referente a aquisição de tomógrafo (16 canais).

Em relação aos saldos irrisórios dos RPNP a Liquidar inscritos em 2017, a Controladoria solicitou informações ao Setor de Orçamento de Finanças por meio do Memorando nº 025/2018 - SAC. O setor de Orçamento de Finanças informou que os saldos dos valores irrisórios ainda pendentes serão baixados durante o mês de abril de 2018.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1º Trimestre de 2018

4-Resultados da Análise dos Índices do Balanço Financeiro

4.1 – Balanço Financeiro

INGRESSOS					DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	AH	AV	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	AH	AV
Receitas Orçamentárias	1.436.049,24	13.913.492,81	-89,68%	0,23%	Despesas Orçamentárias	542.966.592,24	275.256.016,45	97,26%	87,19%
Ordinárias	-	43.769,26			Ordinárias	477.983.132,47	46.868.969,44	919,83%	88,03%
Vinculadas	1.450.446,62	13.871.295,56	-89,54%	101,00%	Vinculadas	64.983.459,77	228.387.047,01	-71,55%	11,97%
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.450.446,62	13.871.295,56	-89,54%	100,00%	Educação		181.662.237,00		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-14.397,38	-1.572,01	815,86%	-0,99%	Seguridade Social (Exceto RGPS)	64.350.939,57	45.982.343,61	39,95%	99,03%
					Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	632.520,20	742.466,40	-14,81%	0,97%
Transferências Financeiras Recebidas	218.924.830,68	195.451.034,22	12,01%	35,15%	Transferências Financeiras Concedidas	22.381.096,10	19.346.058,88	15,69%	3,59%
Resultantes da Execução Orçamentária	192.682.920,72	175.188.190,85	9,99%	88,01%	Resultantes da Execução Orçamentária	19.358.679,35	19.030.547,22	1,72%	86,50%
Repasse Recebido	173.324.241,37	156.187.485,57	10,97%	89,95%	Sub-repasse Concedido	19.358.679,35	19.000.705,28	1,88%	100,00%
Sub-repasse Recebido	19.358.679,35	19.000.705,28	1,88%	10,05%	Repasse Devolvido		29.841,94		
Independentes da Execução Orçamentária	26.241.909,96	20.262.843,37	29,51%	11,99%	Independentes da Execução Orçamentária	3.022.416,75	315.511,66	857,94%	13,50%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	25.390.604,53	19.475.958,52	30,37%	96,76%	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.854.845,09	271.742,40	950,57%	94,46%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	851.305,43	786.884,85	8,19%	3,24%	Movimento de Saldos Patrimoniais	167.571,66	43.769,26	282,85%	5,54%
Aporte ao RPPS	-	-			Aporte ao RPPS	-	-		
Aporte ao RGPS	-	-			Aporte ao RGPS	-	-		
Recebimentos Extraorçamentários	371.370.192,87	120.527.630,18	208,12%	59,63%	Despesas Extraorçamentárias	27.376.459,49	19.687.713,69	39,05%	4,40%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	6.290.644,14	4.081.377,81	54,13%	1,69%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	10.606.636,33	2.741.851,24	286,84%	38,74%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	364.774.032,52	116.256.214,39	213,77%	98,22%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	16.718.259,74	16.879.678,87	-0,96%	61,07%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	81.544,85	190.037,98	-57,09%	0,02%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	51.563,42	66.183,58	-22,09%	0,19%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	223.971,36	-		0,06%	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-		
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	687,00			0,00%					
Arrecadação de Outra Unidade	167.571,66			0,05%					
Demais Recebimentos	55.712,70			0,02%					
Saldo do Exercício Anterior	31.013.524,44	12.273.736,64	152,68%	4,98%	Saldo para o Exercício Seguinte	30.020.449,40	27.876.104,83	7,69%	4,82%
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.013.524,44	12.273.736,64	152,68%	100,00%		30.020.449,40	27.876.104,83	7,69%	100,00%
TOTAL	622.744.597,23	342.165.893,85	82,00%	100,00%	TOTAL	622.744.597,23	342.165.893,85	82,00%	100,00%

4.2. Ingressos

4.2.1 Receitas Orçamentárias Vinculadas

Ao analisarmos as Receitas orçamentárias do Órgão 26270 no 1º trimestre de 2018, verificamos uma redução de 89,54% quando comparado com o mesmo período do ano de 2017. Essa diferença é consequência de uma devolução no 1º Trimestre de 2017 no valor de R\$ 12.636.908,01 realizada pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, por conta da rescisão do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) pela não execução do objeto. Esta situação está melhor detalhada em nossa Revisão Analítica do Balanço Orçamentário.

Tabela 31 – Receitas Orçamentárias Vinculadas

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS	1.450.446,62	13.871.295,56	-
Total	1.450.446,62	13.871.295,56	-89,54%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.2.2 Recebimento Extraorçamentário

Ao analisarmos os Recebimentos extraorçamentários do Órgão 26270 no 1º trimestre de 2018, verificamos um aumento de 208,12% quando comparado com o mesmo período do ano de 2017. Esse aumento é reflexo das inscrições de Restos a Pagar Processados (aumento de 54,13%) e dos Restos a Pagar Não Processados (aumento de 213,77%), sendo melhor detalhadas nas Notas Explicativas de Restos a Pagar.

Tabela 32 – Recebimento Extraorçamentário

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO	371.370.192,87	120.527.630,18	-
Total	371.370.192,87	120.527.630,18	208,12%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.3 Dispendios

4.3.1 Despesas Orçamentárias - Transferências Financeiras Concedidas (Independentes da execução Orçamentária)

Ao analisarmos as “Transferências Financeiras Concedidas Independentes da execução

Orçamentária” do Órgão 26270 no 1º trimestre de 2018, verificamos um acréscimo de 857,94% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Esse acréscimo é reflexo principalmente da movimentação da conta de TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP, que no 1º Trim/2017 tinha um saldo de R\$ 271.742,40, e que terminou o 1º Trim/2018 com um saldo de R\$ 2.854.845,09, que se deve principalmente a transferências de recursos financeiros ao HUGV, pela UG 154039 - UFAM, na sua maioria para pagamento das verbas trabalhistas do pessoal precarizado do Contrato 08/2012 com a UNISOL, cujo objeto é propiciar condições de suporte às ações do HUGV, que atualmente se encontra sem cobertura contratual. Maiores detalhes encontram-se nas notas explicativas - Anexo de Fornecedores.

Tabela 33 – Transferências Financeiras Concedidas (Indep. da execução Orçamentária)

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
Transf. Financ. Conced. – Indep. da exec. Orçamentária	3.022.416,75	315.511,66	-
Total	3.022.416,75	315.511,66	857,94%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.3.2 Despesas Extraorçamentárias - Pagamento de Restos a Pagar Processados

Ao analisarmos as Despesas Extraorçamentárias de restos a pagar processados pagos do Órgão 26270 no 1º trimestre de 2018 (R\$ 10.606.636,33), verificamos um acréscimo de 286,84% em comparação ao período anterior (R\$ 2.741.851,24).

Este valor do 1º Trimestre de 2018 se divide da seguinte forma por UG:

- 150224 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - R\$ 4.081.298,29; Os valores de maior representatividade se referem a:
 - ✓ MANAUS AMBIENTAL S.A. - R\$ 622.215,68;
 - ✓ FUNDACAO DE APOIO INST. RIO SOLIMOES - R\$ 1.964.157,88;
 - ✓ AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - R\$ 348.215,67;
- 154039 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - R\$ 6.525.338,04; Os valores de maior representatividade se referem a:
 - ✓ AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - R\$ 752.562,79;
 - ✓ FUNDACAO DE APOIO INST. RIO SOLIMOES - R\$ 2.113.710,00;
 - ✓ TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA- R\$ 866.993,29;
 - ✓ ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIV. - R\$ 1.136.450,91;

Pode se observar que em ambas as UG's, existe um valor global referente a R\$ 4.077.867,88 pago a FUNDACAO DE APOIO INST. RIO SOLIMOES, sendo os maiores valores da UG 150224,

que se refere à indenização e pagamento de verbas trabalhistas, referente ao término de prestação de serviços sem cobertura contratual.

Tabela 34 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	10.606.636,33	2.741.851,24	-
Total	10.606.636,33	2.741.851,24	286,84%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

5-Resultados da Análise dos índices da Demonstração do Fluxo de Caixa

5.1 – Demonstração do Fluxo de Caixa

	2018	2017	AH	AV
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	3.869.038,63	19.311.011,14	-79,96%	100%
INGRESSOS	220.665.709,13	209.554.565,01	5,30%	100%
Receitas Derivadas e Originárias	1.436.049,24	13.641.173,00	-89,47%	0,65%
Receita Tributária	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	40.357,25	172.945,23	-76,66%	2,81%
Receita Agropecuária	17.189,89	-	-	1,20%
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	876.057,29	343.614,95	154,95%	61,00%
Remuneração das Disponibilidades	486.937,41	192.629,56	152,78%	33,91%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	15.507,40	12.931.983,26	-99,88%	1,08%
Transferências Correntes Recebidas	-	272.319,81	-	-
Intergovernamentais	-	-	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-	-
Dos Municípios	-	-	-	-
Intragovernamentais	-	272.319,81	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-	-	-
Outros Ingressos das Operações	219.229.659,89	195.641.072,20	12,06%	99,35%
Ingressos Extraorçamentários	81.544,85	190.037,98	-57,09%	0,04%
Transferências Financeiras Recebidas	218.924.830,68	195.451.034,22	12,01%	99,86%
Arrecadação de Outra Unidade	167.571,66	-	-	0,08%
Demais Recebimentos	55.712,70	-	-	0,03%
DESEMBOLSOS	-216.796.670,50	-190.243.553,87	13,96%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-170.263.151,95	-153.390.810,55	11,00%	78,54%
Legislativo	-	-	-	-
Judiciário	-	-	-	-
Essencial à Justiça	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-
Defesa Nacional	-	-	-	-
Segurança Pública	-	-	-	-
Relações Exteriores	-	-	-	-
Assistência Social	-	-	-	-
Previdência Social	-37.555.139,22	-36.272.033,19	3,54%	22,06%
Saúde	-5.786.753,53	-2.783.382,59	107,90%	3,40%
Trabalho	-	-	-	-
Educação	-126.897.611,62	-114.098.026,77	11,22%	74,53%
Cultura	-23.750,00	-237.368,00	-89,99%	0,01%
Direitos da Cidadania	-	-	-	-
Urbanismo	-	-	-	-
Habitação	-	-	-	-
Saneamento	-	-	-	-
Gestão Ambiental	-	-	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-	-	-
Agricultura	-	-	-	-
Organização Agrária	-	-	-	-
Indústria	-	-	-	-
Comércio e Serviços	-	-	-	-
Comunicações	-	-	-	-
Energia	-	-	-	-
Transporte	-	-	-	-
Desporto e Lazer	-	-	-	-
Encargos Especiais	-584,58	-	-	0,0003%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	687,00	-	-	-0,0004%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-	-	-
Transferências Concedidas	-24.100.859,03	-17.440.500,86	38,19%	11,12%
Intergovernamentais	-	-	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-	-
A Municípios	-	-	-	-

Intragovernamentais	-24.095.748,06	-17.440.500,86	38,16%	99,98%
Outras Transferências Concedidas	-5.110,97	-	-	0,02%
Outros Desembolsos das Operações	-22.432.659,52	-19.412.242,46	15,56%	10,35%
Dispêndios Extraorçamentários	-51.563,42	-66.183,58	-22,09%	0,23%
Transferências Financeiras Concedidas	-22.381.096,10	-19.346.058,88	15,69%	99,77%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.862.113,67	-3.708.642,95	31,10%	100,00%
INGRESSOS	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-4.862.113,67	-3.708.642,95	31,10%	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.806.400,97	-3.599.870,61	33,52%	98,85%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-55.712,70	-108.772,34	-48,78%	1,15%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-	-
INGRESSOS	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-	-	-
Intergovernamentais	-	-	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-	-
Dos Municípios	-	-	-	-
Intragovernamentais	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-993.075,04	15.602.368,19	-106,36%	-3,31%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	31.013.524,44	12.273.736,64	152,68%	103,31%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	30.020.449,40	27.876.104,83	7,69%	100,00%

5.2 Fluxos de Caixa das Atividades das operações - Ingressos

5.2.1 Receitas Derivadas e Originárias

Ao analisar os ingressos das "Receitas Derivadas e Originárias" do Órgão 26270, observou-se um decréscimo de -89,47% quando comparado o exercício de 2018 com o exercício de 2017. Esse decréscimo é consequência principalmente da variação das "Outras Receitas Derivadas e Originárias", que apresentou valor -99,88% inferior ao do mesmo período em 2017, principalmente pelo fato de que o item em questão em 2017 contava com o valor de R\$ 12.636.908,01 proveniente do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES com a UG 154039. Maiores detalhes sobre os valores do convênio em questão se encontram em nosso Balanço Orçamentário. Vale ressaltar que mesmo tendo havido aumentos percentuais significativos nas categorias "Receitas de Serviços" (154,95%, por consequência principalmente do concurso com inscrições nesse trimestre para o cargo de Professor Substituto na UG 154039) e "Remuneração das Disponibilidades" (152,78%, por consequência da aplicação dos R\$ 12.636.908,01 citados anteriormente) os valores envolvidos não tiveram impacto suficiente para alterar o decréscimo presente neste tipo de receita.

5.3 Fluxos de Caixa das Atividades das operações - Desembolsos

5.3.1 Pessoal e Demais Despesas

Ao analisar os desembolsos do item "Pessoal e Demais Despesas" do Órgão 26270, observou-se um aumento de 11% quando comparado o exercício de 2018 com o exercício de 2017. A variação mais significativa relacionada a esse aumento é consequência principalmente da função "Saúde", que apresentou um aumento de valor de 107,90% devido aos gastos com a manutenção da UG 150224 (despesas com contratos correspondendo a R\$ 4.732.964,53).

5.3.2 Transferências Concedidas

Ao analisar os desembolsos do item "Transferências Concedidas" do Órgão 26270, observou-se um aumento de 38,19% quando comparado o exercício de 2018 com o exercício de 2017. Essa variação é consequência principalmente do item "Intragovernamentais", que apresentou um aumento de valor de 38,16% devido principalmente aos valores presentes em Restos a Pagar Processados Pagos, que por sua vez tiveram um aumento de 286,84% em comparação com o mesmo período de 2017. Maiores informações no Anexo de Restos a Pagar.

5.4 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Ao analisar os "Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento" do Órgão 26270, observou-se um aumento de 31,10% quando comparado o exercício de 2018 com o exercício de 2017. Essa variação é consequência principalmente do item "Aquisição de Ativo não Circulante", que apresentou um aumento de valor de 33,52% devido principalmente à presença do valor de R\$ 1.127.455,09 em Restos a Pagar Processados Pagos relativos às despesas de capital. Vale ressaltar que no 1º trimestre de 2017 essa categoria apresentava ausência de saldo.

5.5 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante negativo de 993.075,04, representa a diferença entre os valores "Inicial" e "Final" do Caixa e Equivalentes de caixa, indicando que houve mais saída do que entrada de recursos financeiros neste primeiro trimestre de 2018. Cabe ressaltar que a variação percentual de - 106,36% se acentua devido a presença do valor de R\$ 12.636.908,01 proveniente do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES com a UG 154039 em 2017. Maiores detalhes sobre os valores do convênio em questão se encontram em nosso Balanço Orçamentário.

